



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROJETO DE LEI 023/2018**

**REJEITADO(A)**  
Em 28 / 11 / 2018  
Robelto Marques  
Presidente

**"Altera o inciso I do Art. 5º da Lei nº. 601/2017 e dá outras providências".**

A Câmara Municipal de Tocantins aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica alterado o inciso I do Art. 5º da Lei nº. 601/2017 que passa a vigorar com o seguinte texto:

*"Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a:*

*I – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da Despesa Total Fixada no Orçamento do Município, nos termos previstos no inciso I do art. 7º e §1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964*

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tocantins, 28 de Setembro de 2018.

  
**IEDER WASHINGTON DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N.º 023 / 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente, Caros Vereadores,

Encaminho a essa colenda Câmara de Vereadores, Projeto de Lei que visa alterar o inciso I do art. 5º da Lei nº. 601/2017, para ser apreciado e votado nessa Casa respeitado, evidentemente, a decisão soberana dos nobres edis, que honradamente compõem esse respeitado Poder Legislativo Municipal.

A proposição em questão almeja alterar o inciso I do art. 5º da Lei nº. 601/2017 que “estima a receita e fixa a despesa do Município de Tocantins para o exercício financeiro de 2018”, conferindo autorização de abertura de crédito suplementar até o limite de 30% (trinta por cento), a fim de permitir ao Chefe do Poder Executivo, a movimentação orçamentária em percentual compatível com as novas demandas da Administração Pública Municipal e seus Poderes.

Insta esclarecer que, não há vedação de alteração de lei orçamentária, mesmo porque a mutabilidade das normas é característica de nosso ordenamento jurídico, onde a própria Constituição Federal pode ser alterada por emenda, observando o processo legislativo especial. Ademais, o impedimento constitucional (art. 167, inc. VII da CF/88) consiste na concessão de crédito ilimitado, sem estabelecimento de um teto certo em percentual.

Do ponto de vista prático, a necessidade de ampliação do teto de suplementação no orçamento vigente, se deve a fim de atender ao cumprimento orçamentário para fins de atender os ajustes orçamentários para cumprimento da execução das despesas previstas para serem realizadas até o termino do exercício 2018, tais como folha de pagamento, execução de obras, atendimentos a saúde e educação tendo em vista as variações de arrecadação devido aos atrasos de repasse de recursos estaduais.

Contando com a valiosa e indispensável atenção dessa edilidade, já tantas vezes demonstrada, antecipo os agradecimentos.

Cordialmente

  
**IEDER WASHINGTON DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal